

EDITORIAL

DOSSIÊ: GÊNERO, DIVERSIDADE E SAÚDE

Organizadores

Nádia Terezinha Covolan¹

Marcos Claudio Signorelli²

Daniel Canavese de Oliveira³

Que as concepções de sexo/gênero divergem no tempo e no espaço é sobejamente sabido. Gênero e suas interseccionalidades dizem respeito à diversidade humana, sua riqueza e essência. Referem-se à realidade múltipla e variada das vivências, desafiando a convivência, senão a própria sobrevivência humana. Somos humanos porque somos diferentes e na diferença, com-vivemos.

Embora a categoria gênero não seja sinônimo de mulher, questões relacionadas às mulheres estão entre os temas pioneiros dentro dos estudos de gênero. A mulher foi considerada o primeiro “outro”, dito “o segundo sexo” (Simone de Beauvoir), “segundo gênero”, o “não-gênero” ou ainda “o homem invertido” (Aristóteles).

Portanto, na história recente, em que pese importantes avanços nos direitos das mulheres, ainda hoje estas têm sido ignoradas enquanto seres humanos em muitos espaços e não contempladas com direitos básicos. Isso resulta em problemas que vão desde o recebimento de menores salários, dupla carga de trabalho (formal e doméstico) até as violências de gênero e de autonomia sobre seu próprio corpo. A partir do feminino, outras alteridades são associadas à fraqueza e inferioridade, particularmente as pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos, assexuais, pansexuais, não-binários e outras minorias sexuais e de gênero). Assim, tem sido secular a luta para romper a estrutura

Editorial: Publicado em 22/12/2023

¹ Graduada em Enfermagem e em Filosofia; Especialista em Pensamento Contemporâneo, Saúde do Trabalho e em Saúde Pública; Mestre em Tecnologia; Doutora em Ciências Humanas; Pós doutora em Tecnologia; Docente aposentada da UFPR Litoral, Matinhos/PR, Brasil. e-mail: nadiathe@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4345-9447>

² Graduado em Fisioterapia, Mestre em Fisiologia Humana e Doutor em Saúde Coletiva, Pós-doutorado em Saúde Pública, Professor Associado do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil. e-mail: signorelli.marcos@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0677-0121>

³ Graduado em Odontologia, Mestre em Saúde Coletiva, Doutor em Ciências da Saúde, Professor Associado de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, Brasil. e-mail: daniel.canavese@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0110-5739>

androcêntrica, falocêntrica, logocêntrica, racista e transfóbica das sociedades. Igualmente, a divisão sexual do trabalho, a heterossexualidade normativa e as hierarquias generificadas de poder, pilares ideológicos, produzem consequências na liberdade de agir das pessoas, especialmente nos pontos onde se associam gênero com cor, etnia, condição econômica, classe social, deficiência, origem geográfica e orientação sexual.

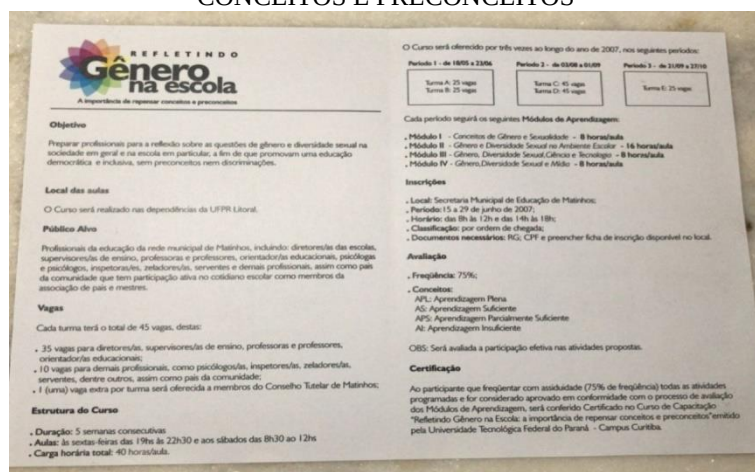
Indiscutivelmente, é preciso reflexão sobre os pontos de conexões que discutimos os conceitos de gênero. Em realidades onde a colonialidade definiu a história de seus povos, como no Brasil, gênero não está dissociado dos conceitos de raça, cor e etnia. A interseccionalidade desses determinantes tem sido apontada como uma lente indispensável pelas intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez. Além disso, é imperativo articularmos a classe e a orientação sexual, no bojo das análises.

Abordar as questões de gênero, diversidade e saúde tanto na Academia quanto no ativismo, mais que delimitar espaços, é buscar uma confluência produtora de preciosas e diversas teorias e ações, no sentido/objetivo comum do enfrentamento de violências, opressões e desigualdades. Dessa forma, é pertinente trazer uma breve memória da trajetória particular de lutas e realizações no campo de gênero, diversidade e saúde, do grupo de docentes que faz a proposta deste número temático.

No ano 2007, enquanto docentes do recém-criado setor Litoral da UFPR (Universidade Federal do Paraná), nos unimos ao GETEC (Grupo de Estudos de Gênero e Tecnologia) da UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná), para realizarmos o curso “Refletindo Gênero na Escola: a importância de repensar conceitos e preconceitos”. O curso (Figura 1) constituiu uma novidade em muitos aspectos, sendo uma demanda da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Matinhos/Paraná.

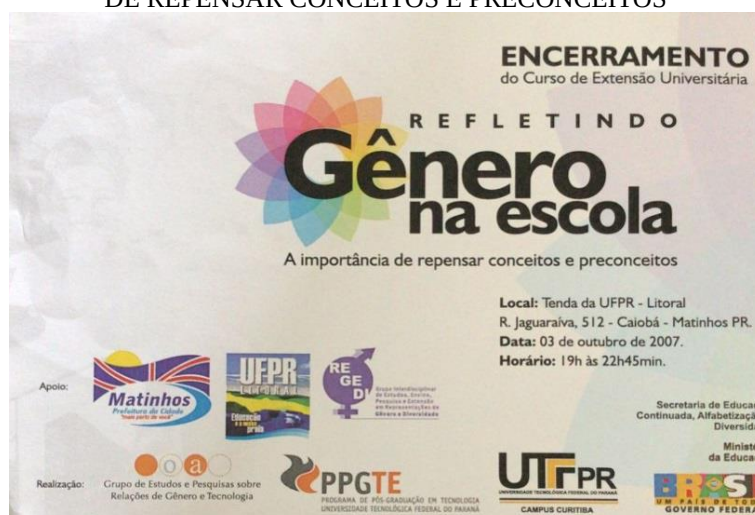
Foi ministrado por docentes de duas universidades federais prestigiadas do estado do Paraná, apoiado e financiado pelo Ministério da Educação. Esse curso - Capacitação – contemplou profissionais da educação da rede litorânea, incluindo direção das escolas, docentes, psicólogas, inspetoras, serventes, zeladores/as, merendeiras e mães e pais da comunidade, interessados no tema. Ao todo, 120 participantes, em cinco semanas consecutivas, abordaram, discutiram, refletiram sobre a questão de Gênero, Ciência, Tecnologia e Diversidade no ambiente escolar. Ao final das 40 horas aula, receberam certificados (Figura 2).

FIGURA 1 - PROGRAMA DO CURSO GÊNERO NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DE REPENSAR CONCEITOS E PRECONCEITOS



FONTE: Acervo dos/as autores/as (UFPR Litoral, Matinhos/PR, 2007).

FIGURA2 – CARTAZ DO ENCERRAMENTO DO CURSO DE GÊNERO NA ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DE REPENSAR CONCEITOS E PRECONCEITOS



FONTE: Acervo dos/as autores/as (UFPR Litoral, Matinhos/PR, 2007).

A temática abordada teve uma receptividade surpreendente, enriquecida nos debates intensos levados por pessoas de diferentes formações, religiões e contextos sócio econômicos. No bojo do impacto causado por esse curso, no envolvimento da universidade com as escolas públicas de Matinhos, criamos no mesmo ano (2007), o Grupo Interdisciplinar de Estudos em Relações de Gênero e Diversidade (REGEDI) e esta **REVISTA DIVERS@!**, que teve seu primeiro número lançado no início de 2008. Ao longo dos anos, a DIVERS@! ampliou seu escopo, para além das questões de gênero e diversidade inicialmente propostas, num processo salutar de amadurecimento do campo e do grupo que esteve à frente da comissão editorial.

O REGEDI, com docentes, discentes e comunidade, trouxe a questão de gênero para as salas de aula dos cursos do Setor Litoral da UFPR, às Interações Culturais e Humanísticas (ICH), participou de congressos, organizou eventos, cursos de Especialização e elaborou projetos no tema. O primeiro projeto de impacto foi o “Mapeamento e estabelecimento de redes de conscientização e defesa dos direitos das mulheres no combate à violência doméstica nos municípios do Litoral do Paraná”, em 2008, financiado pela SETI (Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior), do estado do Paraná (Figura 3).

FIGURA 3 - LOGOTIPO DO REGEDI CONSTRUÍDO PELOS MEMBROS DOCENTES E DISCENTES



FONTE: OS/AS AUTORES/AS. UFPR – MATINHOS/PR – 2007

Neste projeto, participaram docentes, discentes e bolsistas recém-graduados, que buscaram mapear e estabelecer redes de apoio no enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres na região litorânea (Figuras 4 e 5).

Mais tarde, o grupo coordenou o curso de “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE) da UFPR, que ofertou turmas semipresenciais em nível de Aperfeiçoamento (200 horas) e Especialização (360 horas) em Matinhos (PR), Itambé (PR), Lapa (PR), São Paulo (SP), Blumenau (SC) e Itajaí (SC). O GDE tituló centenas de egressos(as), que se tornaram especialistas no assunto e foram multiplicadores(as) das temáticas de gênero e diversidade em seus espaços profissionais. Muitos(as) dos(as) quais, ainda seguiram a carreira acadêmica, realizando mestrado e doutorado na área, e hoje são pesquisadores(as) e docentes nessas temáticas, o que mostra a potência dessa iniciativa. Boa parte do material produzido encontra-

se no repositório do Curso GDE da UFPR, que pode ser acessadoⁱ na página da UFPR Litoral e se constitui em importante memória na área de gênero e diversidade.

FIGURA 4—CARTAZ DO EDITALMAPEAMENTO E ESTABELECIMENTO DE REDES DE CONSCIENTIZAÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Acervo dos/as autores/as (UFPR Litoral, Matinhos/PR, 2008).

FIGURA 5 - EVENTO ONDE FOI PROPOSTA A “CARTA ATLÂNTICA DO LITORAL DO PARANÁ PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER”



FONTE: Acervo dos/as autores/as (UFPR Litoral, Matinhos/PR, 2009).

Com a criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTS) no Setor Litoral da UFPR em 2014, e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC) em 2015 no Setor de Ciências da Saúde da UFPR, o REGEDI tornou-se TeDiSⁱⁱ – Grupo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Território, Diversidade e Saúde, registrado como grupo de pesquisa do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), atuando com parcerias diversificadas, nacional e internacionalmente.

O grupo de pesquisas já produziu pelo menos 20 teses e dissertações nas temáticas de gênero, diversidade e saúde até o momento, sem contar monografias de conclusão de curso, iniciações científicas e projetos de extensão.

Em 2017, a partir da descentralização de recursos do Ministério da Saúde, docentes da UFPR Litoral e da UFRGS reuniram o acúmulo de suas experiências para conduzir um projeto que tratou da Política Nacional de Saúde Integral LGBT em toda a região sul. As ações desempenhadas ao longo de dois anos contemplaram pesquisas e atividades de extensão de relevo. É parte desse resultado a oferta do curso aberto, online e gratuito sobre a diversidade de gênero e sexual no SUS cuja oferta, desde 2018, já contempla mais de 10.000 certificadas pessoas em todo o país.

O amadurecimento do grupo e necessidade de ampliação do escopo também levou alguns participantes do grupo a propor a criação do Grupo Temático (GT) de Saúde da População LGBTI+ na ABRASCOⁱⁱⁱ (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), uma organização envolvida com a pesquisa e produção de conhecimento sobre saúde coletiva, tendo sido protagonista na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) entre os anos 1970-90, mas que até então não contava com um espaço específico para discussão de estudos sobre saúde da população LGBTI+. Nessa esteira, também, a partir de dissertações e teses, as elaborações de indicadores de gênero, diversidade e interseccionalidades estão embasando novos protocolos de atuação, práticas de saúde, dispositivos, e estratégias para o enfrentamento das variadas violências contra as mulheres e minorias de gênero. E muitos dos trabalhos presentes nesta edição temática são frutos, conexões e compõem redes entre esse coletivo de pesquisadores(as) e grupos de pesquisas parceiros de todo Brasil.

A produção científica nacional e internacional em gênero, diversidade e saúde, vem permitindo embates entre teorias e também debates interculturais e interdisciplinares importantes. Mais que isso, vem permitindo a proposição e análise de indicadores de saúde e influenciando a formulação e implantação de políticas públicas. Porém, mais que a produção acadêmica, pesquisar as questões de gênero, diversidade e saúde à luz da ciência e utilizando variadas metodologias e tecnologias, vem despertando estudantes, mulheres, homens, jovens, idosos/as, para o enfrentamento de desigualdades e injustiças, na busca de uma vida plena de sentido e realizações. Estudos de gênero e diversidade instrumentalizam uma práxis libertadora.

Assim, é com alegria que apresentamos, neste número temático sobre gênero, diversidade e saúde da revista DIVERS@!, as pesquisas e reflexões de autoras e autores de variadas formações.

Gênero, diversidade e saúde constituem variadas possibilidades de estudos e abordagens metodológicas. No contexto, vozes quebram os silêncios e ecoam na busca de viver com dignidade e respeito e assim as violências relacionadas ao feminino, à diversidade humana e à saúde, tem se revelado temática sensível, candente, que urge visibilidade. Nesse sentido, Merari de Souza, Daniele Arita e Marcos Signorelli abrem esta sessão temática com o primeiro artigo, intitulado **“Violência de gênero: perfil epidemiológico no Paraná (2021-2022)”**. O estudo abordou casos de violência interpessoal e autoprovocada registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Na atenção à saúde, em todos os níveis, a enfermagem tem papel fundamental. Atender mulheres em situação de violência tem cada vez mais exigido, além de conhecimento técnico, sensibilidade e empatia. Nesse sentido, atuar na notificação dos casos extrapola o viés burocrático. No segundo artigo, intitulado **“Atuação da enfermagem para notificação dos casos de violência contra a mulher: revisão integrativa”**, Eliane Minhuk de Lima et al., apresentam a atuação da enfermagem na notificação dos casos de violência contra a mulher, por meio de revisão integrativa.

Das formas de violências que atingem especialmente as mulheres e meninas, a questão do aborto tem se destacado, pelo estigma e a discriminação ligados ao tema. A falta de autonomia das mulheres sobre suas vontades e seu corpo está na base das políticas restritivas de acesso e da negligência do Estado em relação à gravidez resultante de violência e são fatores que impactam de forma direta aquelas que buscam o procedimento. Nesse sentido, o terceiro artigo, **“Saúde mental e aborto decorrente da violência sexual: uma revisão integrativa de literatura**, de Victória de Biassio Klepa et al., objetiva a compreensão dos aspectos que podem desencadear sofrimento psíquico no processo de busca pelo aborto legal. Nessa esteira, o quarto artigo **“Entre fetos engolidos e botos: a luta das mulheres ribeirinhas amazônidas frente à negação do direito ao aborto”**, Luanna Tomaz Souza et al. pesquisaram acerca da interrupção da gravidez, ato que apesar de em ser cercado de questões éticas, religiosas e morais que impedem o exercício desse direito, é uma prática freqüente na vida das mulheres brasileiras. A partir de levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com agentes de políticas públicas, as autoras discutem a necessidade de política pública ou programa específico que atenda as especificidades da mulher ribeirinha amazônida diante da interrupção da gravidez.

A atividade esportiva é fundamental para a promoção e manutenção da saúde física e mental das pessoas, porém, algumas práticas apresentam importantes barreiras relacionadas ao gênero de quem as pratica. No quinto artigo intitulado “**Barreiras à prática da corrida de rua por mulheres e suas implicações para a promoção da saúde: uma revisão integrativa**”, a análise de Gessica Karine Santin Ribeiro et al. elucidam esse ponto. A corrida de rua, em que pese ser uma atividade esportiva considerada de ‘fácil acesso’ e ‘baixo custo’, no caso das mulheres, as autoras identificaram oito barreiras extrínsecas e cinco intrínsecas que dificultam/impedem a prática da corrida de rua por mulheres, impactando na sua condição de saúde física e mental. Na esteira dos estudos gênero e esportes, temos no sexto artigo, “**Fatores ambientais e barreiras relacionadas à prática de futsal por mulheres: revisão integrativa**” a análise de João Pedro Baldessar, Ana Carolina de Macedo e Talita Zotz. No texto são analisados os fatores ambientais e barreiras relacionadas à prática de futsal por mulheres no Brasil. Apesar do sucesso alcançado pelas atletas, o esporte segue sendo considerado essencialmente masculino. Os resultados apontam que os preconceitos de gênero e as pressões sofridas podem afetar a condição das mulheres atletas de acessar ideais de vida, treinamento, limitar seu desempenho nesta modalidade esportiva, podendo levar ao adoecimento físico e mental e a desistência do esporte.

A obesidade, considerada um problema de saúde pública, acarreta desordens funcionais que ainda estão sendo estudadas, dentre essas, a sonolência excessiva diurna. No sétimo artigo, “**Prática de atividade física e estigma social: uma análise dos impactos na qualidade de vida de candidatos à cirurgia bariátrica**”, Rubia Bayerl et al., analisam a obesidade e sua relação com a prática de atividade física e qualidade de vida. Para tanto, as autoras realizaram entrevistas e questionários com 41 pacientes, sendo 36 do sexo feminino, em pré-operatório de cirurgia bariátrica. Os resultados apontaram que as intervenções em saúde das pessoas obesas devem considerar seus aspectos qualitativos do bem estar, integração à sociedade e promover uma vivência da obesidade e do tratamento com o menor sofrimento possível.

Estudos recentes sobre a saúde física e mental da comunidade LGBTQIAPN+, alvo de preconceitos e violências, têm ganhado visibilidade, pois essa condição pode impactar na qualidade de vida. No oitavo artigo, intitulado “**Identidade de gênero, sexualidade e comportamentos de autolesão**”, Michelle de Rosso e Elis Priotto sugerem associação entre pertencer à comunidade LGBTQIAPN+ e o aumento do risco de comportamentos auto lesivos.

As conclusões destacam a importância da ampliação de pesquisas acerca desse tema para a implementação de medidas de apoio e políticas públicas efetivas voltadas para este grupo.

Diariamente, nos diferentes noticiários são relatados casos de violência interpessoal e autoprovocada, no que parece ser um aumento generalizado de diferentes formas de violências. Nesse sentido, no nono texto, intitulado **“Perfil dos casos de violência interpessoal/autoprovocada no município de Paranaguá (Paraná) de 2015 a 2018”**, Larissa B. do Rosário, Glória Marques e Clóvis Wanzinack analisam os 596 casos de violência interpessoal e autoprovocada por meio da análise das notificações no município de Paranaguá, Paraná, entre 2015 e 2018. O estudo destaca o aumento de 275% nas notificações de violência interpessoal e autoprovocada, onde 414 (69,5%) casos foram contra mulheres.

Em que pese os avanços registrados, nos últimos anos, no controle e tratamento do HIV no Brasil, esse agravo persiste especialmente em populações vulneráveis. No décimo artigo dessa série temática, intitulado **“Acesso e integralidade em serviços de saúde na percepção de pessoas LGBTQIA+ vivendo com HIV no Brasil”**, Denis Ribeiro, Solena Kusma e Mariana França pesquisaram a percepção sobre o acesso e a integralidade dos cuidados em saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), de 299 pessoas LGBTQ+ vivendo com HIV em 26 estados do Brasil. Os dados foram analisados por estatística descritiva bivariada e por análise categorial temática. Apontam as percepções dos participantes sobre as conquistas do SUS na assistência em saúde ao HIV/AIDS, bem como sobre desafios persistentes no acesso e na integralidade do cuidado, em especial a sorofobia, presente fortemente nas buscas por cuidados nos serviços de saúde. Nessa esteira, no décimo primeiro artigo, Sacha Testoni Lange et al. abordaram a **“Evolução do cuidado às pessoas que vivem com HIV/AIDS no estado do Paraná e em cidades estratégicas”**. Estudo descritivo com dados do Ministério da Saúde sobre HIV/AIDS referentes ao período entre 2012 e 2022, as autoras pesquisaram indicadores do cuidado às pessoas com HIV/AIDS nas cidades de Curitiba (capital), Foz do Iguaçu (fronteira) e Paranaguá (região portuária), no estado do Paraná. Resultados apontam avanços significativos nas etapas de vinculação das pessoas com HIV aos serviços de saúde, no tratamento antirretroviral e na supressão da carga viral, com redução nas taxas de detecção de AIDS nos locais investigados. Predominaram os diagnósticos de AIDS em pessoas do sexo masculino, baixa escolaridade e pele branca. Registram que a pandemia desacelerou conquistas, especialmente na supressão da carga viral, pelo que reforçam o necessário enfrentamento contra

o HIV/AIDS por meio de políticas públicas que abranjam com equidade os grupos populacionais e os locais mais impactados.

Os estudos com populações vulneradas prosseguem no décimo segundo artigo, intitulado **“Barreiras e potencialidades do cuidado integral à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no estado do Paraná”**. Estudo qualitativo, exploratório e descritivo, foi realizado por Lucas Trupel et al., mediante a realização de quatro Grupos Focais, onde participaram representantes do movimento LGBT, profissionais de saúde e gestores atuantes no Sistema Único de Saúde (SUS) vinculados ao estado do Paraná. Os resultados apontaram que as principais barreiras ao cuidado integral à saúde LGBT envolvem as relações interpessoais, o acolhimento humanizado, a escassez de dados e a desarticulação entre os níveis de atenção à saúde. As potencialidades compreendem a implementação de pontos estratégicos de atenção à saúde, sensibilização e aprimoramento das tecnologias relacionais. O comportamento humano é produto de uma interação complexa entre o indivíduo, sua história de vida e o ambiente. Assim, no décimo terceiro artigo, **“Relações interpessoais e o self de pessoas LGBTQIAPN+: uma perspectiva comportamental contextual”**, Leonardo de Paulo e Analu Costa, destacaram a persistência da discriminação e do preconceito, enfrentada por pessoas LGBTQIAPN+ desde a infância e adolescência e o impacto disso na formação do eu. O objetivo central deste ensaio foi sensibilizar profissionais de saúde para o impacto dessas questões e promover reflexões em direção a uma mudança social que reduza as disparidades enfrentadas por essa minoria, contribuindo para uma abordagem ética e mais inclusiva em relação à saúde mental e ao bem-estar dessa comunidade.

A saúde mental da população trans pode estar ligada a alguns fatores que desencadeiam bem-estar, ou sofrimento psíquico. Assim, no décimo quarto texto, **“Grupo papo trans: experiência de ajuda mútua entre pessoas trans na pandemia de Covid-19”**, Helena Moraes Cortes et al. relataram a experiência de um grupo de ajuda mútua virtual realizado com e para pessoas trans durante a pandemia da COVID-19. A partir dos encontros do grupo, surgiram temas como disforia, família, hormonização, retificação do prenome civil, serviços de saúde, depressão e/ou ansiedade, independência financeira e solidão. O grupo Papo Trans buscou ser um espaço de acolhimento, escuta ativa, criação de vínculos e trocas de experiências, visando à proteção da saúde mental e a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas durante a pandemia.

Os passos iniciais da experiência de implantação de uma tecnologia de cuidado em Saúde Mental para a População LGBTQIA+ está descrita no décimo quinto artigo, intitulado **“Quando cheguei nessa cidade tive que descer do salto alto: relato de experiência da implantação de uma tecnologia de cuidado em saúde mental para a população LGTBQIA+ em um município de médio porte da região sul”**, de Cassiano Robert e Brenda dos Santos. No texto, é abordada a construção e implementação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT no município, como fruto da aproximação e articulação de trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde (SUS) com o público LGBTQIA+. A partir da metodologia de Rodas de Conversa, foi possível a construção coletiva de um espaço seguro, inclusivo e de pertencimento, favorecendo a escuta e o cuidado em saúde mental no território, bem como o fortalecimento do controle social pela população LGBTQIA+. A experiência da transmasculinidade na busca por soluções para demandas em saúde constitui um tema sensível e pouco estudado. Nesse contexto, Gregório Soares e Deivisson dos Santos apresentam o décimo sexto artigo desta edição: **“A gente só consegue viver enquanto comunidade: traçando os itinerários terapêuticos de homens trans em Curitiba**. Mediante entrevistas virtuais semiestruturadas, analisaram as narrativas em diálogo com a literatura sobre o tema. Os resultados revelaram o papel central da rede de apoio mútuo formada por pessoas transmasculinas da região na facilitação do acesso aos serviços e na construção coletiva e autônoma de conhecimento e estratégias de enfrentamento de barreiras. Com esses achados fornecem subsídios teóricos para aprofundar as discussões sobre a saúde dos homens transgênero no contexto brasileiro.

Como sabemos, o Brasil apresenta uma complexa diversidade em sua população, bem como áreas de alta vulnerabilidade social, portanto, um dos princípios do SUS está relacionado à igualdade dos cidadãos diante do acesso às ações e serviços de saúde. Assim, no décimo sétimo artigo, **“Equidade em saúde na atenção primária à saúde no Brasil: uma revisão integrativa”**, as autoras Juliane Turesso e Tainá Ribas Mélo realizam uma revisão integrativa sobre os temas relacionados ao conceito de equidade em saúde na atenção primária à saúde, na literatura científica brasileira. Nessa revisão percebe-se que o tema equidade em saúde ainda é pouco referenciado como central nas bases de dados científicas, principalmente no que tange à atenção primária à saúde no Brasil.

Investigações sobre a cobertura e hesitação vacinal de crianças sobre a perspectiva dos seus pais e mães adquiriram extrema relevância especialmente dado o contexto recente de

pandemia de COVID-19 e negacionismo científico. Assim, fechando essa série temática sobre Gênero, Diversidade e Saúde, o décimo oitavo artigo, da autoria de Neiva de Souza Daniel et al. intitula-se “**Análise da cobertura vacinal e hesitação vacinal de crianças do litoral do Paraná de 2015 a 2021**”. Neste estudo quantitativo transversal foi abordada a vacinação de crianças de 0 a 10 anos residentes no litoral do Paraná nos municípios da primeira regional de saúde. Abrangeu coleta e análise de dados secundários das vacinas recomendadas para crianças e a aplicação de questionário online com pais/mães responsáveis. Conclui-se que ocorreu queda na Cobertura Vacinal no litoral do Paraná desde 2016 e que houve piora durante a pandemia de COVID-19; a hesitação vacinal em associação com a baixa escolaridade, foi analisada em um número baixo de pessoas em relação a população total da região.

Feita esta breve apresentação, desejamos a vocês, leitoras e leitores, uma excelente leitura!

Editores Chefes

Diomar Augusto de Quadros, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil

Paulo Eduardo Angelin, UFPR, Brasil

Bibliotecária-Documentalista

Simone Ferreira Naves Angelin, UFPR, Brasil

Secretária Executiva

Valéria dos Santos Oliveira, UFPR, Brasil

Editores Associados

Elsi do Rocio Cardoso Alano, UFPR, Brasil

Gabriela Schenato Bica, UFPR, Brasil

Silvana Cassia Hoeller, UFPR, Brasil

Diagramação

Diomar Augusto de Quadros, UFPR, Brasil

ⁱ<https://litoral.ufpr.br/cursos/pos-graduacao/cursos-pos-graduacao-encerrados/especializacao-em-genero-e-diversidade-na-escola/>

ⁱⁱdgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3589201458690604

ⁱⁱⁱ<https://abrasco.org.br/comissoes-gts-comites-e-foruns/gt-saude-da-populacao-lgbti/>